

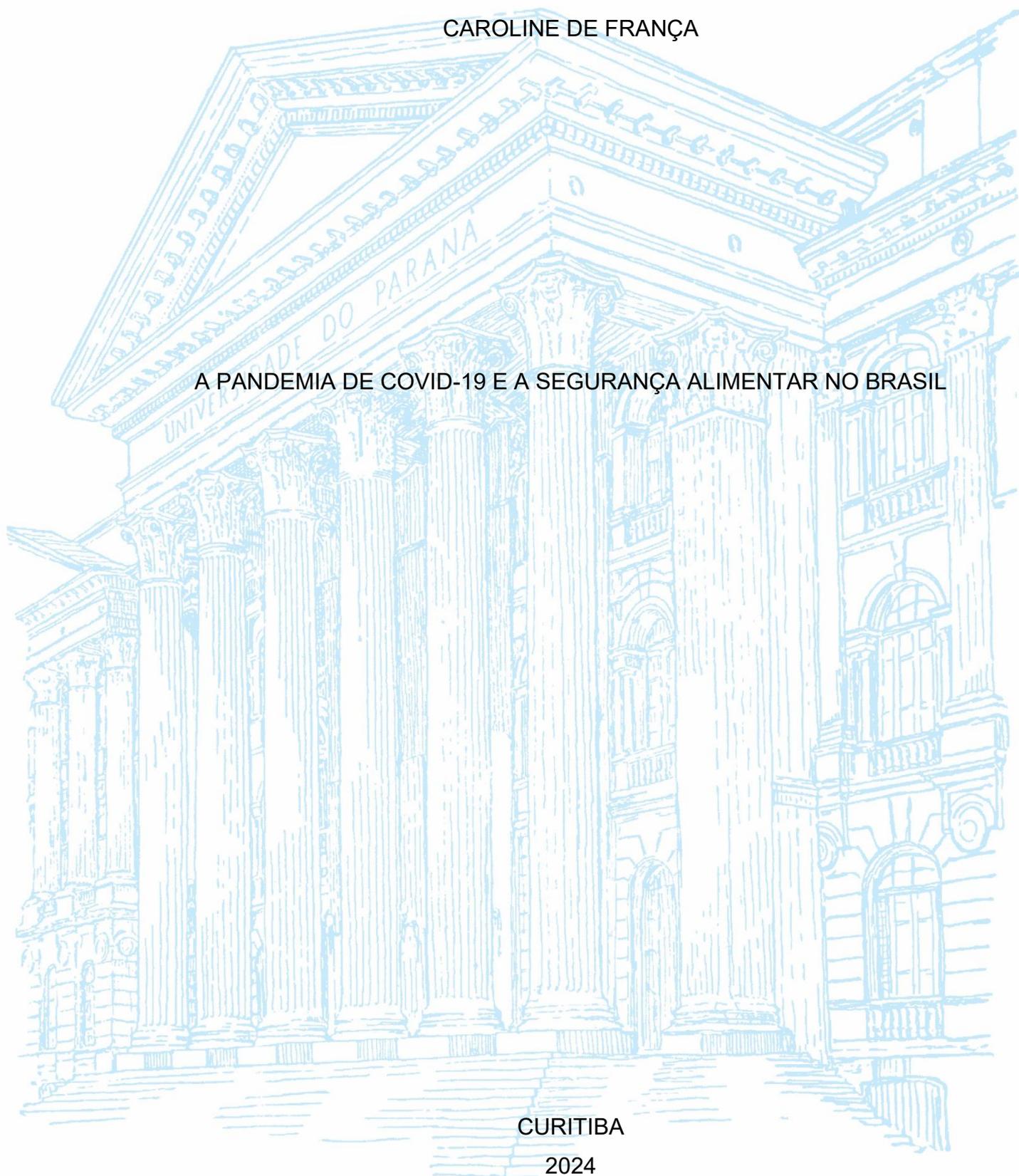
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE DE FRANÇA

A PANDEMIA DE COVID-19 E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

CURITIBA

2024



CAROLINE DE FRANÇA

A PANDEMIA DE COVID-19 E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Prof. Dr. Junior Garcia

CURITIBA

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus que me presenteou com a maior fonte de inspiração e motivação para cada etapa dessa jornada: meus filhos Vicente e Cecilia.

Aos meus pais, por não medirem esforços para tornar minha graduação possível, oferecendo apoio constante e incondicional.

Ao meu esposo, pela parceria, compreensão e suporte que foram essenciais para que eu pudesse seguir em frente.

Ao meu professor orientador, registro meu sincero reconhecimento pelo direcionamento paciente e pela empatia, que tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão.

## RESUMO

A pandemia de COVID-19 provocou mudanças importantes na economia brasileira. O preço dos alimentos foi fortemente afetado e acentuou vulnerabilidades preexistentes, transformando uma crise econômica em uma crise também alimentar. Com a escalada nos preços da cesta básica e o aumento no comprometimento de renda das famílias com alimentação, o acesso a uma dieta adequada ficou ainda mais restrito, implicando em uma piora nos indicadores de Segurança Alimentar. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como a pandemia de COVID-19 influenciou na variação dos preços da cesta básica e de que forma essa dinâmica está relacionada à situação de Segurança Alimentar. O estudo analisou dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos e do rendimento domiciliar per capita, divulgados respectivamente pelo DIEESE e IBGE, para avaliar a capacidade de compra da cesta básica durante a pandemia de COVID-19, correlacionando esses dados com as informações referente a Segurança Alimentar apuradas pela Rede PENSSAN. A combinação de todos os fatores analisados, resultou em uma grave crise alimentar no Brasil, revertendo os avanços na luta contra a fome e levando a um aumento de 167% nas famílias em Insegurança Alimentar Grave entre 2018 e 2022, enquanto a Segurança Alimentar caiu de 63% para 41%.

**Palavras-chave:** cesta básica; poder de compra; inflação; crise alimentar.

## **ABSTRACT**

The COVID-19 pandemic caused significant changes in the Brazilian economy. Food prices were severely affected and exacerbated pre-existing vulnerabilities, transforming an economic crisis into a food crisis as well. With the rise in prices of the basic food basket and the increase in the proportion of household income spent on food, access to an adequate diet became even more restricted, leading to a decline in food security indicators. The general aim of this research is to investigate how the COVID-19 pandemic influenced the variation in basic food basket prices and how this dynamic is related to the food security situation. The study analyzed data from the National Survey on the Basic Food Basket and per capita household income, published respectively by DIEESE and IBGE, to assess the purchasing power of the basic food basket during the COVID-19 pandemic, correlating these data with food security information gathered by the PENSSAN Network. The combination of all the factors analyzed resulted in a severe food crisis in Brazil, reversing progress in the fight against hunger and leading to a 167% increase in families experiencing severe food insecurity between 2018 and 2022, while food security decreased from 63% to 41%.

**Keywords:** basic basket food; purchasing power; inflation; food crisis.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. VALORES DE TROCA E PREÇOS DOS BENS: UMA REVISÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
2.1 A TEORIA DO VALOR DE TROCA E DOS PREÇOS.....	10
2.2 OS DETERMINANTES DOS PREÇOS DE BENS BÁSICOS.....	12
<b>3. MÉTODOS E MATERIAIS.....</b>	<b>17</b>
<b>4. PREÇOS DOS ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: 2020 - 2022.....</b>	<b>20</b>
4.1 A DINÂMICA DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS.....	20
4.2 REFLEXÕES SOBRE O EFEITO DOS PREÇOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR. .....	24
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 provocou mudanças econômicas e sociais nos países, observadas de forma acentuada no Brasil devido a vulnerabilidade econômica já existente de grande parte da população (Souza *et al.*, 2021). Os alimentos básicos, essenciais para a segurança alimentar, sofreram influência desse cenário atípico. O preço dos alimentos sofreu oscilações associadas as interrupções nas cadeias de suprimentos, aumento dos custos de produção e distribuição e mudanças na demanda devido ao pânico e estocagem por parte dos consumidores (Souza *et al.*, 2021). Essas variações nos preços impactaram diretamente a capacidade das famílias brasileiras, especialmente as de baixa renda, de garantir uma alimentação adequada e suficiente, acentuando os problemas preexistentes de insegurança alimentar (Oliveira; Chechin, 2021).

O aumento dos preços dos alimentos básicos pode levar a uma maior incidência de desnutrição e outras condições relacionadas à má alimentação, o que tem implicações de longo prazo para a saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico do país (Oliveira; Chechin, 2021). Além disso, a análise dos fatores que contribuíram para essas mudanças pode fornecer informações importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes, capazes de proteger a população em situações de crise.

Apesar dos impactos econômicos da pandemia terem sido analisados anteriormente, ainda há uma lacuna quanto à análise da relação entre a pandemia e suas implicações na segurança alimentar das famílias brasileiras. Diante disso, este trabalho aborda a seguinte pergunta de pesquisa: como a pandemia de COVID-19 influenciou o preço dos alimentos básicos e, conseqüentemente, a segurança alimentar das famílias brasileiras entre 2020 e 2022? Esse tema aponta para a necessidade de estudos mais aprofundados e integrados, a fim de fornecer uma compreensão sobre a influência da pandemia no preço dos alimentos e na segurança alimentar no Brasil.

O objetivo principal desse estudo é investigar como a pandemia de COVID-19 afetou o preço dos itens da cesta básica e a possível relação com a situação de segurança alimentar no Brasil entre 2020 e 2022. Para atingir este objetivo, o estudo se desdobra em três objetivos específicos: identificar, com base na literatura, como os

preços de bens e serviços, em particular dos itens da cesta básica, são determinados; analisar o comportamento dos preços dos itens que compõem a cesta básica no Brasil; discutir os efeitos da dinâmica dos preços dos itens da cesta básica na situação de segurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.

A abordagem metodológica compreende uma revisão de literatura sobre os determinantes dos preços dos bens e serviços básicos, além da relação entre a pandemia de COVID-19 e a segurança alimentar. A metodologia também inclui uma análise estatística baseada em dados secundários, ou seja, o estudo adota uma abordagem qualiquantitativa. A pesquisa utiliza dados de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde.

Este trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e das conclusões. No primeiro capítulo é feita uma revisão teórica sobre os valores de troca e o preço dos bens, buscando expor como se dá o processo de formação dos preços, bem como identificar os seus determinantes. O segundo capítulo apresenta os materiais e os métodos utilizados na pesquisa. O último capítulo aborda a relação entre o preço dos alimentos e a segurança alimentar no Brasil entre 2020 e 2022.

## 2. VALORES DE TROCA E PREÇOS DOS BENS: UMA REVISÃO TEÓRICA

A análise dos valores de troca e preços dos bens é fundamental para entender a dinâmica econômica que impacta a segurança alimentar no Brasil, especialmente em tempos de crise como a pandemia de COVID-19. Este capítulo tem como objetivo explorar as principais teorias econômicas que explicam a formação dos preços e os valores de troca, proporcionando uma base teórica sólida para a análise dos preços dos alimentos no contexto brasileiro. Estruturado em seções que abordam a teoria do valor de troca, os determinantes dos preços e a interação entre oferta e demanda, o capítulo busca esclarecer como esses fatores influenciam diretamente a segurança alimentar.

### 2.1 A TEORIA DO VALOR DE TROCA E DOS PREÇOS

Definir a origem e o significado do termo **valor** foi um dos primeiros e principais esforços dentro da ciência econômica. Segundo Macedo (2018), a teoria do valor trabalho, desenvolvida pelos economistas clássicos, inicialmente por Adam Smith e em seguida David Ricardo, Karl Marx, fundamenta que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho empregado em sua produção. Partindo dessa premissa, o conceito de valor é dividido entre valor de uso (utilidade individual que o bem proporciona ao consumidor) e valor de troca (reconhecimento e consenso coletivo sobre o poder de compra que tal bem possui intrinsecamente).

Segundo Adam Smith (1996), o valor de troca de um bem não está relacionado com o seu valor de uso, justificando o fato de que alguns bens indispensáveis a nossa sobrevivência podem ter pouco ou nenhum valor de troca. O autor argumenta que o termo "valor" possui duas acepções distintas: um referente à utilidade de um objeto, denominada "valor de uso", e outra referente ao seu poder de compra, chamado "valor de troca" (Smith, 1996). Adam Smith (1996) ressalta como é possível observar que frequentemente objetos com elevado valor de uso têm pouco ou nenhum valor de troca, enquanto aqueles com alto valor de troca podem ter utilidade reduzida ou nula. Como exemplo, Smith (1996) menciona que a água, embora extremamente útil, possui escasso valor de troca, enquanto os diamantes, com baixa utilidade prática, são frequentemente trocados por grandes quantidades de outros bens.

O desenvolvimento das ideias de Ricardo partiu da Teoria de Valor Trabalho de Adam Smith, porém segregando os conceitos de trabalho entre direto e indireto, e discutindo o quão condicionado o valor de um bem está a quantidade dessas duas formas de trabalho atribuídas em seu processo produtivo. Além disso, David Ricardo levanta que o valor de troca de um bem estaria atrelado ao fator de escassez (Teixeira, 2008). Para Karl Marx, a medida do valor está atrelada a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de determinado bem, enquanto o valor de troca seria o resultado da média dos tempos de trabalho necessários para sua produção (Teixeira, 2013).

Nas teorias desenvolvidas a partir da ótica neoclássica, os teóricos da chamada “Revolução Marginalista” (William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras) introduziram a ideia de que o valor de um bem ou serviço está ligado a um conceito subjetivo e abstrato a respeito da importância que os bens têm para os indivíduos (Feijó, 2013). Partindo desses princípios, considera-se que a visão neoclássica se contrapõe a visão dos clássicos, em que se presumia que a determinação do valor ocorria pelos custos de produção (tempo de trabalho). Por esse ponto de vista, a determinação do valor ocorria pela quantidade que os ofertantes optavam por disponibilizar no mercado, enquanto a visão neoclássica adota uma visão utilitarista, em que pondera a soberania do consumidor (Dias, 1994).

Jevons afirmou que o valor de troca expressa uma relação entre a quantidade dos bens trocados, e que esta relação será correspondente a utilidade marginal dos bens disponíveis para o consumo (Dias, 1994). A utilidade marginal refere-se à satisfação adicional que uma pessoa obtém ao consumir uma unidade adicional desse bem ou serviço. Jevons argumentou que à medida que uma pessoa consome mais unidades de um bem específico, a utilidade marginal diminui, portanto, **decrecente** (Dias, 1994). Essa relação entre utilidade marginal e valor leva à conclusão de que o valor de um bem é inversamente proporcional à sua disponibilidade total. Em outras palavras, quanto mais abundante um bem, menor será o seu valor, pois a utilidade marginal diminui.

De acordo com Feijó (2013), Menger desenvolveu a teoria do valor subjetivo, destacando a importância das preferências individuais e da utilidade subjetiva na determinação do valor. Ele enfatizou a natureza subjetiva do valor, afirmando que o valor de um bem é percebido pelos indivíduos com base em sua capacidade de

satisfazer suas necessidades e desejos, destacou a importância da ação humana e das preferências individuais na formação de valores econômicos.

A teoria do valor de Walras está fundada em sua visão do equilíbrio geral. O valor de troca seria resultado da interação entre a oferta e demanda em determinada economia, bem como a utilidade e disponibilidade do mesmo no mercado (Giacomelli, 2017). Walras não enfatizou diretamente a utilidade subjetiva ou a utilidade marginal como determinantes do valor, como fizeram Jevons e Menger, esse é um dos motivos para existirem questionamentos sobre a tentativa de homogeneização das três teorias na nominada “revolução” (Feijó, 1998).

Em suma, o termo "**valor**" teve origem na teoria do valor-trabalho proposta por economistas clássicos, ao longo do tempo o significado do termo incorporou também aspectos subjetivos relacionados à utilidade e preferências dos consumidores. O conceito de valor é fundamental para compreender a alocação de recursos, a formação de preços e as decisões de produção e consumo.

Na economia, o valor e o preço estão relacionados de maneira complexa e interdependente. O valor de um bem ou serviço refere-se à utilidade ou benefício que os consumidores atribuem a ele, enquanto o preço é o valor monetário pelo qual o bem ou serviço é trocado no mercado. Embora o valor e o preço estejam diretamente ligados, nem sempre são equivalentes. A relação entre valor e preço pode ser influenciada por diversos fatores, como a oferta e demanda do mercado, os custos de produção, a concorrência, as preferências dos consumidores e as condições econômicas gerais. Em algumas situações, o preço de um bem pode ser maior do que seu valor percebido devido à escassez, especulação ou outras variáveis.

## 2.2 OS DETERMINANTES DOS PREÇOS DOS BENS BÁSICOS

O processo de formação de preços na economia é complexo e envolve a interação de diversos fatores que influenciam a valoração de bens e serviços. Em linhas gerais, a formação de preços é determinada pela interação entre a oferta e a demanda no mercado (Varian, 2021). A oferta representa a quantidade de um bem ou serviço que os produtores estão dispostos a vender a determinado preço, enquanto a demanda reflete a quantidade que os consumidores estão dispostos a adquirir a esse mesmo preço (Varian, 2021). Quando a oferta e a demanda se encontram em

equilíbrio, ou seja, quando a quantidade demandada é igual à quantidade ofertada, tem-se o chamado preço de equilíbrio (Varian, 2021). Esse processo, no entanto, não pode ser simplificado exclusivamente pela interação entre a oferta e a demanda de mercado, bem como pelo conceito de preço de equilíbrio. Embora esses elementos sejam de suma importância e embasem o conceito econômico de " formação de preço", o objetivo é identificar e analisar os diversos fatores que exercem influência e atuam como determinantes nesse processo de precificação dos bens básicos.

Os bens básicos são produtos essenciais para a vida cotidiana, cuja demanda não varia significativamente com mudanças no nível de renda (Samuelson; Nordhaus, 2010). Segundo a teoria neoclássica, os bens básicos são aqueles que possuem demanda menos elástica, ou seja, a quantidade demandada varia pouco mediante a alterações nos preços (Samuelson; Nordhaus, 2010). Essa categoria de bens inclui alimentos, vestuário, habitação, entre outros, que são indispensáveis para a subsistência.

Considerando que os alimentos são necessários para a nutrição e sobrevivência humana, apesar das condições econômicas, a demanda por alimentos permanece relativamente constante, visto que todos os indivíduos precisam se alimentar para sobreviver (Samuelson; Nordhaus, 2010). Ademais, durante crises econômicas ou pandemias, a importância dos alimentos como bens básicos se torna ainda mais evidente, dado que eles são prioridade no orçamento das famílias (Silva Neto *et al.*, 2023). Com o intuito de compreender a formação de preço dos bens básicos, mais especificamente dos alimentos, é necessário considerar fatores que podem influenciar o processo de formação bem como o comportamento dos preços em uma economia.

Inicialmente é preciso considerar os custos de produção um dos principais determinantes dos preços dos alimentos. De acordo com Kardasz e Stollery (1998), os custos de todos os bens são determinantes fundamentais de seus preços, bem como a transferência dos custos para os preços depende dos níveis de custos domésticos e de fatores como importação, renda real *per capita* e sua concentração. Os autores indicam que o custo de produção inclui a matéria-prima, mão de obra e outros custos indiretos que impactam diretamente o preço final dos produtos. No caso dos alimentos, esses custos podem incluir despesas com fertilizantes, sementes, rações para animais, energia para irrigação e processamento, além de custos

logísticos para transporte e armazenamento (Paul; MacDonald, 2000). Paul e MacDonald afirmam que

“os custos de processamento de alimentos estão intrinsecamente ligados à disponibilidade e aos preços das matérias-primas agrícolas, mas essa ligação parece estar enfraquecendo devido às adaptações nos custos dos insumos, tecnologia e padrões de consumo de alimentos (Paul; MacDonald, 2000 p. 1).”

A estrutura de mercado, como a concentração de vendedores e a competição, também afeta os preços dos alimentos. Mercados com alta concentração tendem a ter preços mais elevados devido ao poder de mercado dos vendedores (Varian, 2021). No setor alimentício, isso significa que grandes produtores e redes de supermercados podem influenciar os preços no mercado devido ao seu controle significativo sobre a oferta e a demanda. A concentração de mercado pode reduzir a sensibilidade dos preços às mudanças nos custos de produção, permitindo que as empresas mantenham preços elevados mesmo quando os custos diminuem (Kardasz; Stollery, 1998).

A demanda do consumidor é outro fator crucial. A elasticidade da demanda, que mede a resposta da quantidade demandada a mudanças no preço, pode determinar como os preços são ajustados pelos vendedores (Shankar; Botton, 2024). No contexto dos alimentos, durante a pandemia, a demanda por itens essenciais aumentou significativamente, pressionando os preços para cima. Produtos como arroz, feijão, leite e pão, que são itens básicos na dieta das famílias brasileiras, viram aumentos de preços devido à alta demanda (Shankar; Bolton, 2004).

Fatores macroeconômicos, como a taxa de juros e a inflação, também desempenham um papel significativo. Estima-se que as taxas de juros têm uma relação inversa com os preços das *commodities*, influenciando diretamente o custo de oportunidade e o investimento em estoque (Arango; Arias; Flórez, 2011). Durante a pandemia, a inflação aumentou o custo dos alimentos, exacerbada pela desvalorização da moeda e pelas dificuldades logísticas globais (Baccarin; Oliveira, 2021). Políticas monetárias e fiscais adotadas para combater a crise econômica afetaram os preços dos alimentos, tornando-os mais voláteis (Costa; Lanzara, 2021). Situações atípicas no cenário global como guerras, desastres naturais, crises

financeiras, epidemias, afetam diretamente o comportamento dos países; pode-se considerar a melhor opção, dado um dos cenários citados, restringir a importação por exemplo, incentivar o consumo de produtos domésticos, ou até mesmo, dar preferência a venda no mercado externo afim de aproveitar uma alta no preço de divisas internacionais (Baccarin; Oliveira, 2021). Em qualquer um dos exemplos citados o cenário econômico externo afeta a forma como a quantidade produzida é escoada no mercado, podendo resultar em alta ou baixa dos preços, pressão inflacionária, entre outros resultados possíveis (Baccarin; Oliveira, 2021).

Considerando o comportamento dos preços dos alimentos, as condições climáticas desempenham um papel crucial na produção de bens básicos, especialmente na agricultura (Dhifaoui *et al.*, 2023). Eventos climáticos extremos, como secas, inundações e ondas de calor podem afetar diretamente a oferta de alimentos e matérias-primas, levando a variações nos preços. Nos últimos anos, com o aquecimento global e o forte desequilíbrio natural que ele tem causado, ficou cada vez mais comum notarmos os fatores climáticos afetando a economia (Dhifaoui *et al.*, 2023). Situações em que safras são perdidas, aumento no custo de produção, oferta reduzida das mercadorias combinada à demanda habitual dos consumidores resulta em uma pressão para o aumento dos preços, em alguns casos gerando um desequilíbrio inflacionário mais focado nos alimentos (Baccarin; Oliveira, 2021).

As políticas governamentais, como subsídios, impostos e regulações, políticas de transferência de renda também exercem influência sobre os preços dos bens básicos essenciais (Banco Mundial, 2020). A Constituição de 1988 define as condições de alimentação de um indivíduo fator decisivo sobre sua saúde, sendo dessa forma um direito a ser garantido por um conjunto de políticas públicas. Intervenções do governo podem impactar a oferta e demanda, gerando pressão inflacionária e influenciando os preços de produtos essenciais (Banco Mundial, 2020).

Atentando à revisão literária apresentada sobre a teoria do valor e os preços, observando as diferentes abordagens desde os clássicos até os neoclássicos, responsáveis por introduzirem o conceito de valor subjetivo, temos uma base teórica crucial para analisarmos o processo de valorização e precificação dos bens. Esta análise teórica é crucial para entender os mecanismos que determinaram os preços dos alimentos durante a pandemia de COVID-19 e como esses mecanismos influenciam a segurança alimentar.

Ao relacionar as teorias econômicas apresentadas com o processo de formação de preços dos bens básicos, especialmente alimentos, este capítulo estabeleceu a base teórica necessária para analisar os impactos da pandemia no âmbito da segurança alimentar no Brasil. Compreender os fatores que determinam os preços, como custo de produção, estrutura de mercado e demanda do consumidor, permite uma análise mais aprofundada dos desafios enfrentados na segurança alimentar durante crises econômicas e sanitárias.

### 3. MÉTODOS E MATERIAIS

Este estudo adota uma abordagem quali-quantitativa para investigar a relação entre os preços dos alimentos e a segurança alimentar no Brasil durante a pandemia de COVID-19, no período de 2020 a 2022.

A análise quantitativa foi realizada por meio da coleta de dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, conduzida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os dados foram obtidos a nível nacional e cobertos pela pesquisa entre 2018 e 2023. A análise foi baseada na estatística descritiva, abordagem principal utilizada para explorar os dados sobre o comportamento dos preços da cesta básica. Para determinar o preço médio nacional da cesta básica, foi utilizada uma média anual dos dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica publicada pelo DIEESE. O objetivo foi identificar padrões de aumento ou redução nos preços dos alimentos durante a pandemia.

Além disso, foi considerada também a média do rendimento mensal domiciliar *per capita* da população residente. Tal indicador é divulgado pelo IBGE anualmente e é determinado pela razão entre o total dos rendimentos domiciliares e o número total de moradores. Todos os indivíduos residentes são incluídos neste cálculo, incluindo pensionistas, empregados domésticos e seus respectivos familiares. Os valores de rendimento são extraídos a partir dos rendimentos brutos, provenientes do trabalho e de outras fontes, todos os valores recebidos no mês de referência da pesquisa, a média anual é determinada pelo acumulado dos resultados das quatro pesquisas realizadas durante o ano em questão (IBGE, 2019).

A fim de acompanhar a evolução do poder aquisitivo dos rendimentos e comparar o preço da alimentação básica, o estudo adaptou a metodologia proposta pelo DIEESE (2016), que busca avaliar quantas horas um trabalhador que ganha salário-mínimo precisa trabalhar para comprar a Cesta Básica de Alimentos (DIEESE, 2016). A metodologia utiliza a jornada de trabalho definida na Constituição, de 220 horas mensais, e aplica a seguinte fórmula estipulada pela DIEESE (2016):

$$\frac{SALÁRIO MÍNIMO}{220} = \frac{CUSTO DA CESTA BÁSICA}{X}$$

$$X = \frac{CUSTO DA CESTA BÁSICA}{SALÁRIO MÍNIMO} \times 220$$

Nesse estudo, o salário-mínimo no modelo matemático acima é substituído pelo rendimento médio mensal domiciliar per capita da população residente. Para estimar o comprometimento de renda mensal com alimentação, é calculado qual o percentual do rendimento médio mensal domiciliar destinado á compra da cesta básica.

Com o objetivo de avaliar a influência da pandemia na disponibilidade financeira dos indivíduos para a aquisição de alimentos e, conseqüentemente, sobre a Segurança Alimentar, é importante considerar a definição de Segurança Alimentar proposta pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 que afirma que a situação de Segurança Alimentar

“consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 1).”

Os dados relacionados à renda e aos custos com a alimentação básica foram cruzados com os dados dos dois Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. As pesquisas da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) abordam o período de 2020 e 2022, com a utilização do questionário contendo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), em sua versão de oito perguntas.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) é uma ferramenta importante usada para avaliar a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN). Através de um questionário padronizado, a Ebia permite que pesquisadores apurem dados sobre as percepções e experiências relacionadas à alimentação das famílias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014). Essa abordagem não inclui apenas a dificuldade de acesso a alimentos, mas também as dimensões psicossociais que podem influenciar a segurança alimentar, como a ansiedade e a insegurança em relação à alimentação (Souza, *et al.*, 2021). A Ebia classifica os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve,

Insegurança Alimentar Moderada, Insegurança Alimentar Grave. De acordo com a definição do Ministério de Saúde (2022):

I. **Segurança alimentar:** o estado ideal em que todos os membros do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para atender suas necessidades nutricionais. Isso implica não apenas na disponibilidade de alimentos, mas também em sua adequação nutricional, todos os indivíduos da residência possuem uma alimentação saudável e equilibrada.

II. **Insegurança alimentar leve:** nesse nível, a qualidade da alimentação começa a ser comprometida, mas a quantidade de alimentos ainda é pode ser considerada adequada. Os moradores podem estar consumindo alimentos de menor qualidade nutricional, mas ainda conseguem manter uma quantidade suficiente de alimentos.

III. **Insegurança alimentar moderada:** nesse estágio, há modificações nos padrões alimentares, os membros da família podem começar a restringir a quantidade de alimentos consumidos. Isso pode resultar em uma dieta menos variada e menos nutritiva, afetando a saúde e o bem-estar.

IV. **Insegurança alimentar grave:** é o nível mais crítico, onde ocorre uma quebra importante nos padrões alimentares. Tanto a qualidade quanto a quantidade de alimentos são comprometidas, afetando todos os indivíduos, incluindo crianças. Este estágio pode levar à situação de fome e à desnutrição, tendo sérias implicações para a saúde física e mental.

Considerando as definições acima, será aplicada uma abordagem qualitativa com a análise de literatura e documentos que discutem os impactos da pandemia de COVID-19 na segurança alimentar. Foram revisados artigos acadêmicos, relatórios de organizações nacionais, e políticas públicas implementadas durante o período de estudo, com foco na segurança alimentar.

#### **4. PREÇOS DOS ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL: 2020-2022**

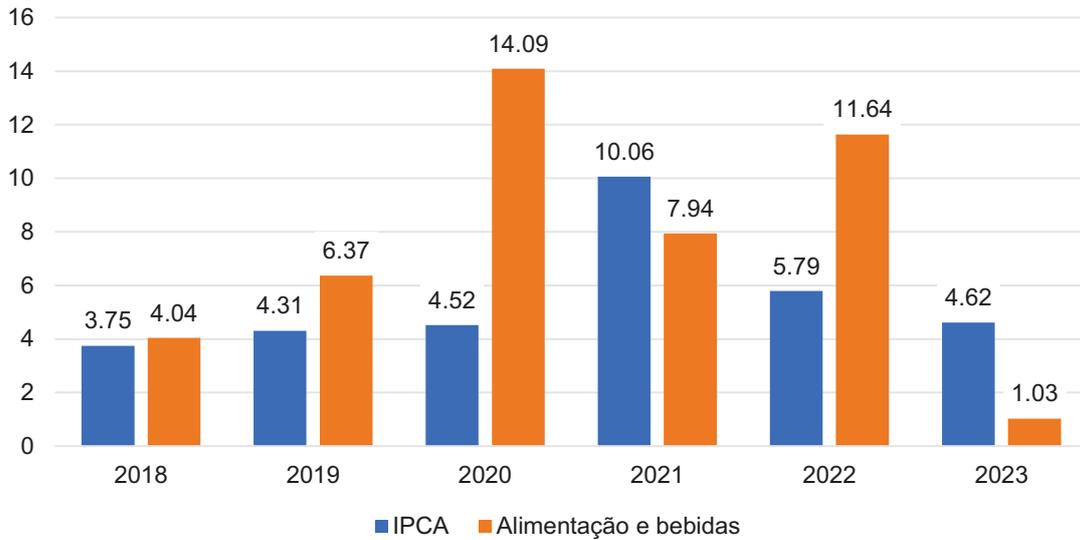
Entre 2020 e 2022, o Brasil vivenciou uma escalada nos preços dos alimentos, refletindo uma combinação de fatores internos e externos (Baccarin *et al.*, 2023). A pandemia de COVID-19, a desvalorização do real frente ao dólar e as crises climáticas, como secas prolongadas, contribuíram para esse aumento (Oliveira; Cechin, 2022). Essa escalada nos preços impactou diretamente a segurança alimentar da população, ampliando a vulnerabilidade de grupos já em situação de risco e revelando as desigualdades estruturais existentes no país.

Nesta seção, é abordada a evolução dos preços dos alimentos durante esse período, ao mesmo tempo que é analisada a situação da segurança alimentar no Brasil, evidenciando a relação intrínseca entre a acessibilidade dos alimentos e a saúde nutricional da população. A combinação desses elementos fornece uma visão abrangente da crise alimentar que afetou o país.

##### **4.1 A DINÂMICA DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS**

Uma análise aprofundada revela que a inflação dos alimentos foi mais alta que a de outros produtos durante o mesmo período (Baccarin; Oliveira, 2021). Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrava uma inflação geral acumulada de 4,52% em 2020, a categoria dos alimentos chegou a 14,09% (IBGE, 2020) (gráfico 1). Essa situação impactou de maneira mais intensa as famílias de baixa renda, cujo orçamento destina uma maior proporção para a compra de alimentos (Silva Neto *et al.*, 2023), reforçando a análise de Baccarin *et al.* (2023), que ressalta que a inflação de alimentos tem um efeito desproporcional sobre as camadas mais vulneráveis da população, aprofundando desigualdades sociais.

Gráfico 1: IPCA Acumulado entre 2018-2023

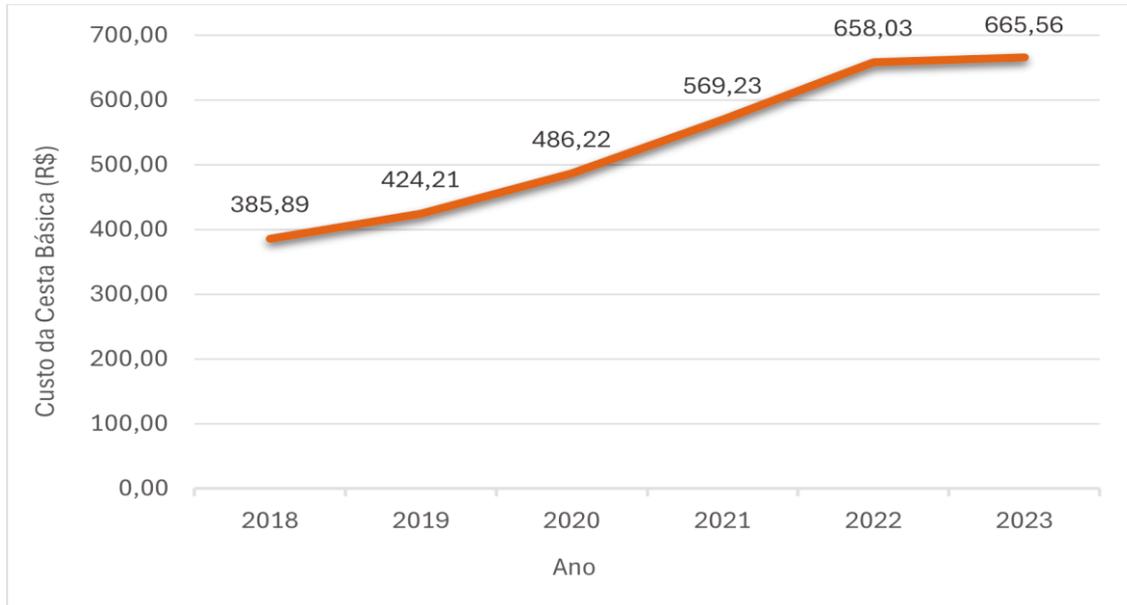


Fonte: preparado pela autora com base em IBGE (2024).

Conforme aponta Silva Neto *et al.* (2023), a inflação de alimentos amplifica as desigualdades sociais que já existem no Brasil na medida que limita o acesso à alimentação adequada, colocando assim em risco a saúde e o bem-estar dos brasileiros. Essa observação é crucial para entender o impacto social de longo prazo dos aumentos de preços, uma vez que a alimentação inadequada afeta negativamente diversos outros indicadores de desenvolvimento humano, como a educação e a saúde.

Analisando uma média dos Dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica divulgados pela DIEESE foi possível estimar uma variação superior a 38% entre os anos de 2020-2022. No período, o IPCA registrado foi de 21,69% (IBGE, 2024). Observa-se que a variação do valor da cesta básica foi 75% maior do que o IPCA entre 2020 e 2022. Quando avaliado um período mais abrangente, anterior e posterior ao da pandemia de COVID-19, é possível compreender melhor a proporção do impacto nos preços, entre 2018 e 2023 o aumento nos preços médios da cesta básica no Brasil foi superior a 72%. Do mesmo modo, entre 2018 e 2023 o IPCA foi 37,79%, portanto, inferior a variação de preços da cesta básica (IBGE, 2024).

Gráfico 2: Evolução do Custo Médio Anual Nacional da Cesta Básica (2018-2023)

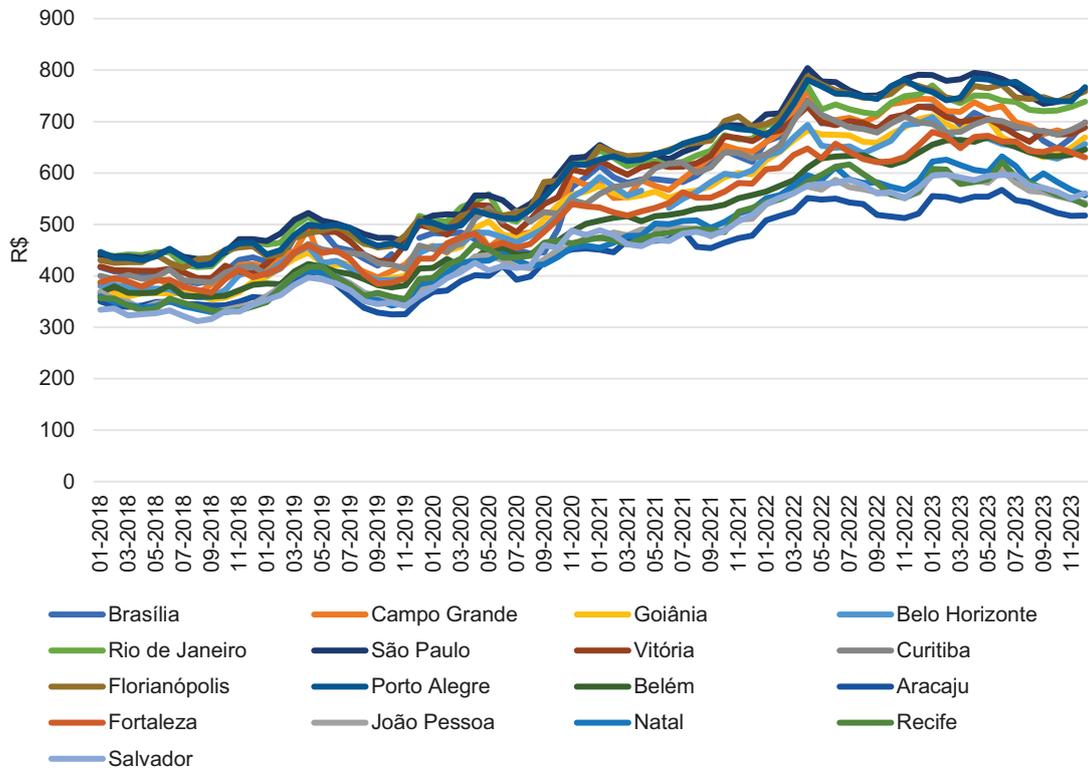


Fonte: preparado pela autora com base em DIEESE (2024).

Os números das pesquisas regionais, no entanto, revelam que a aceleração dos preços não foi homogênea entre as regiões, o que destaca a vulnerabilidade de certas localidades, no ano de 2020, por exemplo, ano de maior alta nos preços médios conforme citado anteriormente, as capitais Salvador e Aracaju experimentaram altas superiores a 32% e 28%, respectivamente (DIEESE, 2021).

Ao observar o gráfico 3, verifica-se esse aumento abrupto após 2020, estima-se que esse cenário tenha sido exacerbado pela alta demanda por alimentos no mercado interno e pelas exportações crescentes, principalmente para mercados asiáticos como a China (Baccarin *et al.*, 2023). Baccarin e Oliveira (2021) também destacam que a exportação intensiva de *commodities* agrícolas, como carne e soja, aumentou a pressão sobre os preços domésticos, especialmente durante a pandemia. Além disso, os efeitos de fatores climáticos, como secas e enchentes, prejudicaram a produção agrícola, elevando os preços de insumos e, conseqüentemente, os preços dos alimentos (Dhifaoui *et al.*, 2023).

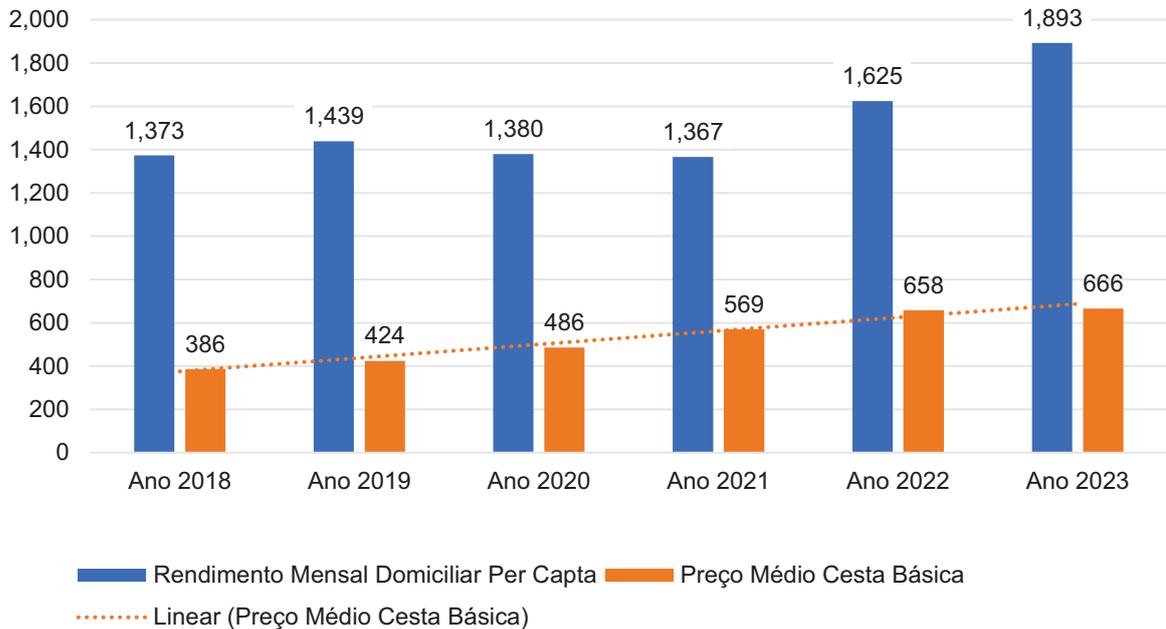
Gráfico 3: Evolução do Custo da Cesta Básica nas Capitais Brasileiras com dados disponíveis (jan 2018-dez. 2023)



Fonte: preparado pela autora com base em DIEESE (2024).

No contexto das capitais analisadas, é importante destacar que as regiões mais afetadas pelos aumentos de preços, como Goiânia e Brasília, também enfrentaram maiores desafios no que diz respeito à oferta de alimentos. Em parte, isso se deveu às interrupções nas cadeias de suprimento globais durante a pandemia, que reduziram a disponibilidade de insumos e encareceram o transporte e a logística de distribuição de alimentos. Isso foi exacerbado pela dependência de fertilizantes e outros insumos importados, como destacado por Paul e MacDonald (2000), que discutem como flutuações nos preços de insumos impactam diretamente os custos finais para o consumidor. O resultado do aumento da inflação dos alimentos, o consumidor teve seu poder de compra afetado. Conforme o gráfico 4, é possível identificar como o comprometimento de renda com alimentação aumentou durante o período analisado.

Gráfico 4: Comprometimento de Renda com Gasto em Alimentação (2018-2023)



Fonte: preparado pela autora com base em DIEESE (2024), IBGE (2019, 2020, 2021, 2022) e Agência de Notícias IBGE (2023, 2024).

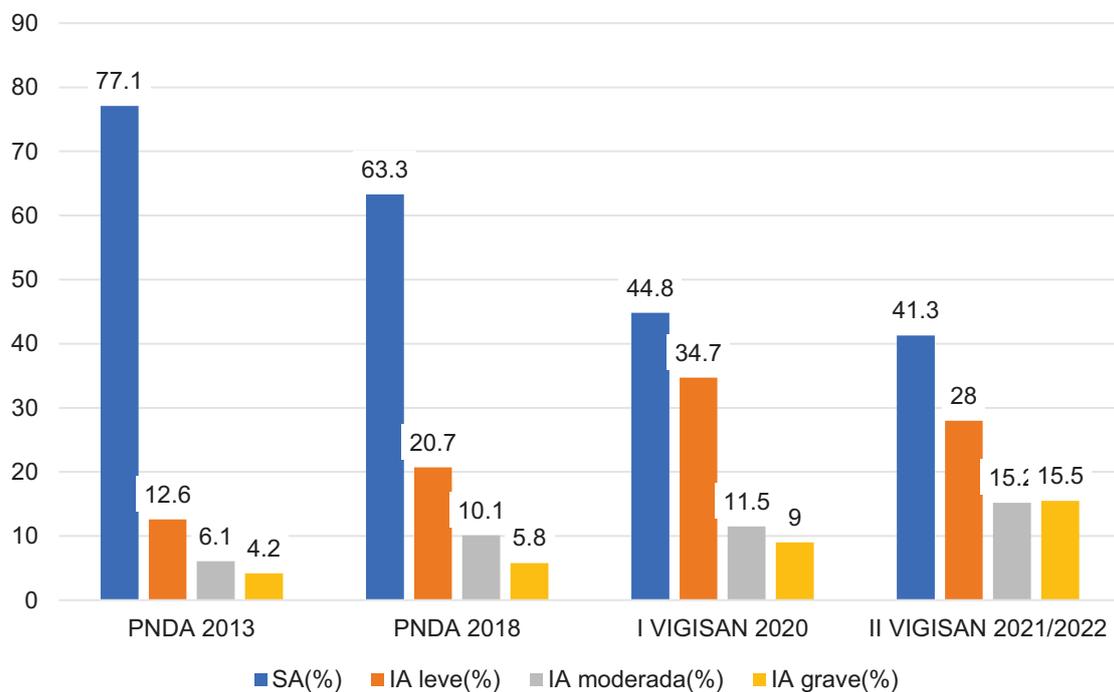
Os dados apontam que em 2018, um trabalhador que recebia o rendimento médio mensal de R\$ 1.373 conforme IBGE (2019), destinava cerca de 28% da sua renda a gastos com alimentação, esse percentual se acentuou com a chegada do COVID-19 no Brasil, terminando 2022, ano em que foi decretado fim da pandemia no Brasil, sendo necessário 38% da renda do trabalhador para aquisição da cesta básica. No auge da pandemia, em 2021, era preciso 40,9% do rendimento médio mensal para suprir os custos com alimentos. Essa evolução evidencia como a pandemia afetou o poder de compra dos trabalhadores, o que pode ter refletido em uma dificuldade para atender às necessidades básicas de alimentação em meio a um cenário de aumento de preços e instabilidade financeira.

#### 4.2 REFLEXÕES SOBRE O EFEITO DOS PREÇOS NA SEGURANÇA ALIMENTAR

Juntamente com a redução do poder de compra, houve também uma piora nos indicadores de segurança alimentar. Segundo a Rede PENSSAN e conforme os dados levantados pelo último PNDA realizado antes da pandemia, em 2018, mais de

63% da população entrevistada vivia em situação de segurança alimentar. No primeiro inquérito realizado pela Rede PENSSAN, analisando o ano de 2020, o percentual já havia caído para 44,8%, entre os anos de 2021 e 2022. No período considerado pelo segundo inquérito, apenas 41% dos entrevistados se consideravam em situação de segurança alimentar. Já a população em situação de insegurança alimentar grave passou de 5,8% em 2018 para 15,5% em 2022, um aumento de 167% desde o período pré-pandemia.

Gráfico 5: Evolução da Situação de Segurança Alimentar (2013-2022)



Fonte: preparado pela autora com base em Rede PENSSAN (2022).

A análise dos dados nos permite considerar uma relação entre o aumento dos preços e o agravamento da situação da Segurança Alimentar no Brasil. Conforme abordado na literatura, a respeito do processo de formação dos preços e dos fatores que influenciam na sua flutuação, pode-se concluir que o contexto pandêmico possuía uma combinação de fatores importantes que contribuíram para que houvesse um aumento desproporcional dos preços dos alimentos.

Os custos de produção também desempenharam um papel importante, com o aumento dos preços de insumos, além de custos logísticos, devido as interrupções nas cadeias de suprimento, afetando os preços finais dos alimentos (Silva, 2021). A

demanda do consumidor também foi um fator significativo. Durante a pandemia, a demanda por alimentos essenciais aumentou, levando a uma pressão sobre os preços (Schneider, 2020). Itens básicos, como arroz, feijão e leite, tiveram seus preços elevados devido ao aumento da demanda, refletindo a natureza inelástica dos bens básicos, cuja necessidade não diminui mesmo em tempos de crise (Schneider, 2020).

Fatores macroeconômicos, como a inflação e a taxa de juros, também impactaram os preços dos alimentos, além de políticas monetárias (Feijó; Araújo; Bresser Pereira, 2022) e fiscais (Silva; Sousa, 2023), que foram adotadas para mitigar os efeitos da pandemia e influenciaram o comportamento dos preços, contribuindo para sua instabilidade. Por fim, as políticas governamentais, incluindo subsídios e impostos, também influenciaram os preços. A intervenção do governo nas estruturas de mercado e na oferta de alimentos impactou tanto a demanda quanto a oferta, gerando pressões inflacionárias e afetando os preços de produtos essenciais (Banco Mundial, 2020).

Com o aumento dos preços, a parcela da renda destinada à alimentação das famílias sofreu um aumento considerável, especialmente entre as de baixa renda. Em 2018, cerca de 62 horas da jornada de trabalho mensal de um trabalhador remunerado pelo rendimento médio era atribuída à despesa com alimentos. Em 2021, ano em que o cenário pandêmico se agravou, o trabalhador comprometia quase 90 horas, mais de 40% de sua jornada de trabalho, para a compra de uma cesta básica. Este cenário foi ainda mais agravado pela lenta recuperação dos rendimentos mensais *per capita*, os salários e rendimentos não acompanharam o ritmo de alta dos preços, o que gerou uma defasagem significativa no poder de compra das famílias.

O cenário econômico, a renda mensal per capita e a inflação de alimentos foram fatores decisivos sobre a capacidade dos indivíduos de manter uma alimentação regular e de qualidade. Os indicadores de segurança alimentar refletem de maneira clara essa deterioração. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN), mostrou que, no final de 2020, mais de 19 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar, representando um retorno alarmante a patamares de insegurança alimentar semelhantes aos observados na década de 1990 (Rede PENSSAN, 2022).

Considerando o período pré-pandêmico, e os esforços do Brasil em busca de uma redução significativa da fome, o cenário pós-pandemia revela uma piora acentuada na capacidade das famílias de acessar alimentos de forma regular e adequada. Segundo a Rede PENSSAN (2022), entre 2020 e 2021 cerca de 30% das pessoas entrevistadas viviam situação de insegurança alimentar moderada ou grave, em 2018 esse percentual era 16%. No contexto em questão, o aumento dos preços dos componentes da cesta básica, não apenas limita o acesso das famílias a uma alimentação adequada, mas também leva a uma intensificação da insegurança alimentar.

Esse cenário permite reforçar uma relação direta entre o encarecimento dos alimentos e o agravamento da insegurança alimentar. Em 2018, pouco mais de 28% da renda dos trabalhadores era gasta com alimentação, em 2021 o comprometimento mensal chegou a mais de 40%. A literatura aponta que, em situações de crise, como a vivenciada durante a pandemia, a elasticidade-preço da demanda por alimentos essenciais tende a ser inelástica (Schneider, 2020). Isso significa que, mesmo com o aumento dos preços, as famílias continuam a consumir, mas em quantidades menores e com menor qualidade nutricional (Souza *et al.*, 2021). Esse ciclo compromete não apenas a saúde das populações mais vulneráveis, mas também agrava a insegurança alimentar, tornando a recuperação econômica e a restauração da segurança alimentar ainda mais desafiadoras.

A vulnerabilidade social, agravada por uma renda incompatível com as necessidades básicas dos indivíduos e pela alta nos preços, contribuiu para que o país enfrentasse uma das piores crises alimentares de sua história recente. Essa análise destaca a importância de políticas públicas eficazes e de longo prazo para a recuperação da segurança alimentar no pós-pandemia, uma resposta robusta para que o país possa retomar o caminho de erradicação da fome e garantir o direito à alimentação adequada para toda a população.

## 5. CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 provocou mudanças significativas na economia brasileira, acentuando ainda mais a vulnerabilidade econômica de parte da população. Num cenário de pandemia, o aumento dos preços dos alimentos básicos, que são essenciais para a segurança alimentar dos indivíduos, se tornou um problema premente. As oscilações nos preços dos alimentos impactaram diretamente a capacidade das famílias, especialmente as de baixa renda, de garantir uma alimentação adequada e suficiente, exacerbando a insegurança alimentar já existente. O objetivo principal desse trabalho é investigar como a pandemia de COVID-19 afetou o preço dos itens da cesta básica e sua relação com a situação de segurança alimentar no Brasil.

Retomando conceitos teóricos importantes, é necessário lembrar a interdependência entre valor e preço na economia como um fenômeno complexo, onde o valor de um bem ou serviço se refere à utilidade ou benefício percebido pelos consumidores, enquanto o preço representa a quantia monetária pela qual esses bens ou serviços são trocados no mercado. Embora haja uma relação direta entre ambos, não são sempre equivalentes, pois diversos fatores podem atuar como determinantes no processo de precificação dos bens, como a oferta e demanda, custos de produção, concorrência, preferências dos consumidores e condições econômicas. Durante a pandemia, os determinantes dos preços de bens básicos tornaram-se ainda mais relevantes, interagindo de forma intrincada com variáveis como oferta e demanda, custos de produção e fatores externos, incluindo políticas econômicas e condições climáticas, que podem levar a situações em que o preço de um bem excede seu valor percebido, em razão de elementos como escassez, por exemplo.

Este estudo abordou os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, coordenada pelo DIEESE, assim como a média de rendimento domiciliar per capita da população, conforme dados do IBGE, a fim de estabelecer a disponibilidade de recursos da população para gastos com alimentação. Para avaliar a capacidade de compra da cesta básica, foi adaptada uma metodologia do DIEESE, que correlaciona o rendimento médio com o custo da cesta básica, sendo a finalidade principal estabelecer a relação entre preços de alimentos e Segurança Alimentar no Brasil durante a pandemia de COVID-19. O conceito de Segurança Alimentar é

definido segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sendo sua mensuração analisada por dados dos Inquéritos Nacionais sobre Insegurança Alimentar, realizados pela Rede PENSSAN, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para categorizar a situação das famílias.

Durante a pandemia a economia brasileira experimentou um aumento acentuado nos preços dos alimentos. O comportamento dos preços dos itens da cesta básica comparado ao índice de preços geral da economia apresentou uma discrepância relevante. O aumento nos preços dos alimentos, aliado a uma renda não corrigida nas mesmas proporções afetou diretamente a disponibilidade de recursos das famílias para gastos com uma alimentação suficiente, adequada e diversificada. Com o poder de compra reduzido, a Segurança Alimentar e Nutricional das famílias foi fortemente afetada, visto que por tratar-se de um consumo **essencial**, mesmo com os preços elevados e o orçamento comprometido, a necessidade de consumo é mantida, sendo possível apenas uma redução da quantidade ou substituição por alimentos de menor qualidade nutricional.

O resultado dessa combinação de fatores foi uma grande crise alimentar, um retrocesso, quando levado em consideração os avanços conquistados pelo Brasil na luta contra a fome, e os esforços realizados para que a população tivesse acesso à uma alimentação apropriada. Juntamente a uma variação de 59% nos preços da cesta básica, entre 2018 e 2022, é possível analisar um aumento de 167% no percentual de famílias que se percebiam em situação de Insegurança Alimentar Grave no mesmo período observado. Ao mesmo tempo que o percentual de Segurança Alimentar diminuía de 63% para 41% das famílias entrevistadas, houve uma variação percentual de 35% a mais nas famílias que se encontravam em situação de Insegurança Alimentar Leve, e 50% a mais em Insegurança Alimentar Moderada.

O cruzamento de todos esses dados, e os demais apresentados no decorrer do trabalho, permite estabelecer uma relação intrínseca entre o preço dos alimentos e a Segurança Alimentar no contexto do período de pandemia de COVID-19. Pode-se afirmar que as consequências da pandemia não foram apenas econômicas, mas também sociais e de saúde, com efeito sobre os direitos básicos da população, sendo a alimentação um dos pilares essenciais para o bem-estar dos indivíduos. É importante reforçar a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que abordem essa questão, com foco na proteção da Segurança Alimentar e na melhoria

das condições de alimentação das famílias mais vulneráveis. Dessa forma, o Brasil poderá buscar retomar os avanços que foram conquistados antes do período pandêmico.

## REFERENCIAS

ABRITA, M. B.; SBARDELLATI, E. C. A. **Nível de preços no território brasileiro: uma análise empírica de seus determinantes**. Espaço e Economia, v. 16, ed. VIII, 4 jan. 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2022 para Brasil e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/36320-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2022-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 10 Out. 2024.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capita 2023 para Brasil e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/39262-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2023-para-brasil-e-unidades-da-federacao>. Acesso em: 10 Out. 2024.

ARANGO, L. E., ARIAS, F. FLÓREZ, A. **Determinants of commodity prices**. *Applied Economics*, 44(2), 135–145. Dec. 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00036846.2010.500273?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 3 Mai. 2024.

BACCARIN, J. G., FIGUEIRA, S. R. F, MAGRO, J. P., YAKUSHIJI, G. J.. **Comércio internacional, disponibilidade interna e inflação de alimentos no Brasil, de 2007 a 2021**. 61º Congresso da SOBER, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/sober2023/610738-comercio-internacional-disponibilidade-interna--e-inflacao-de-alimentos-no-brasil-de-2007-a-2021>. Acesso em: 6 Jun. 2024.

BACCARIN, J. G., OLIVEIRA, J. A. **Inflação de Alimentos no Brasil em Período da Pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 28, p. 1-14. 2021. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127/26324>.

Acesso em: 6 Jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. **COVID-19 no Brasil: impactos e respostas de políticas públicas**. Publicado em 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/106541594362022984/pdf/COVID-19-in-Brazil-Impacts-and-Policy-Responses.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p.1. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=18/09/2006>. Acesso em: 10 Out. 2024.

BURLANDY, L.. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 3, p. 851–860, maio 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/DfcQzJ7fGMVkdF3bbdKzM5Q/#>. Acesso em:

CONNOR, J., PETERSON, E. **Market-Structure Determinants of National Brand-Private Label Price Differences of Manufactured Food Products**. Journal of Industrial Economics, v. 40, n. 2, p. 157-171, jun. 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2950507>. Acesso em: 3 de Mai. 2024

COSTA, I. F., CUSTÓDIO, D., SILVIO O. V. R. **Análise dos Fatores que Determinam o Perfil da Cesta Básica**. CONVIBRA: X Congresso Virtual de Administração, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://convibra.org/publicacao/8361/>. Acesso em: 30 Abr. 2024.

COSTA, T. F. F. T., LANZARA, A. P. **Exceção Econômica e Desmonte de Políticas Públicas: reflexões sobre austeridade e segurança alimentar no Brasil após 2016**. X Jornada Internacional de Políticas Públicas, [s. l.], nov. 2021. Disponível em:

[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissao\\_id\\_566\\_56661108d3f4869a.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissao_id_566_56661108d3f4869a.pdf). Acesso em: 3 Abr. 2024.

DIAS, M. L. P. **Formação De Preços em Jevons, Menger e Walras**. Textos de Economia, Florianópolis, v. 5, n.1, p. 121-130, 1994. Disponível em: [file:///C:/Users/noteb/Downloads/Formacao de precos em jevons menger e walras.pdf](file:///C:/Users/noteb/Downloads/Formacao%20de%20precos%20em%20jevons%20menger%20e%20walras.pdf). Acesso em: 2 Fev. 2024.

DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em 02 Out. 2024.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. Relatório Anual. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasicaAnteriores.html>. Acesso em 02 Out. 2024.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos; Salário-mínimo nominal e necessário**. Relatório Anual. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo, 2024b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 12 Out. 2024.

DHIFAOU, Z., KHALFAOUI, R., JABEUR, S. B., ABEDIN, M. Z. **Explorando o efeito do risco climático nos preços das ações agrícolas e alimentares: novas evidências da análise de entropia de transferência de defasagem variável baseada em EMD**. Revista de Gestão Ambiental, vol 326, Part B, 2023.

FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. C.; BRESSER-PEREIRA, L. C. **Política monetária no Brasil em tempos de pandemia**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 42, n. 1, p. 150–171, jan. 2022.

FEIJÓ, R. L. C. **Teorias Essencialistas e o Problema da Transformação de Valor em Preços: Os Casos de Marx e Menger**. Revista EconomiA, Brasília (DF), v. 14, n. 1B, p 473-495, Mai – Ago 2013.

FEIJÓ, R. L. C. **Repensando a Revolução Marginalista**. Análise Econômica, Porto Alegre, v 16, n. 30, p. 23-46, Set 1998.

GIACOMELLI, G. S. **A Teoria Tradicional do Bem-Estar: Da Origem às Críticas**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 2, n. 38, p. 6-27, Dez 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2018.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2018.pdf). Acesso em: 10 Out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2019.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2019.pdf). Acesso em: 10 Out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2021.pdf). Acesso em: 10 Out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2021.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2021.pdf). Acesso em: 10 Out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IPCA e INPC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 11 jan. 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc\\_ipca\\_2023\\_dez.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2023_dez.pdf). Acesso em: 10 Out. 2024.

KARDASZ S. W., STOLLERY, K. **Determinants of domestic and import prices in Canadian manufacturing industries**. Empirical Economics, v. 23, p. 593-610, Dez. 1998.

MACEDO, S. D. **A Teoria do Valor Trabalho Sob a Perspectiva Clássica**. O Eco da Graduação, Brasília, v. 3, n. 2, p 29-42, Jul – Dez 2018.

MANKIW, N G. **Princípios de microeconomia** . São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021.

MARCHEVSKY, J. F. **A gramática das Trocas na Obra de Adam Smith**. Nova Economia, Minas Gerais, v 32, n. 3, p.833-854. Set 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Insegurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 5 Out. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2014. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>.

Acesso em: 30 Out. 2024.

OLIVEIRA, Woodroow Richardson Santiago de; CECHIN, Alícia. **Efeitos da Pandemia da COVID-19 nos Preços dos Alimentos no Brasil**. Revista Catarinense de Economia, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 141–155, 2022.

PAUL, C. M., MACDONALD, J. **Tracing the Effects of Agricultural Commodity Prices on Food Processing Costs**. Agricultural & Natural Resource Economics. Nov. 2000.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2021. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. ISBN 978 65 87504 19 3.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 1 de Set. 2024.

SAMUELSON, P. A., NORDHAUS, W. D. **Economics: Economia e discipline aziendali**. McGraw-Hill series economics. McGraw-Hill, 2010

SANTOS, N. L. **Relações de consumo: expectativa e comportamento do consumidor frente à alta dos preços dos alimentos no período da pandemia da COVID-19**. In: OLIVEIRA J. V.; CARMO M. P. J.; PEREIRA. A. D.; ALBANO. P. E. COVID-19 Chronicles: pesquisas realizadas durante a pandemia - volume 2. Editora Científica, 2024. p. 160-168. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/relacoes-de-consumo-expectativa-e-comportamento-do-consumidor-frente-a-alta-dos-precos-dos-alimentos-no-periodo-da-pandemia-da-covid-19>. Acesso em: 15 Set. 2024.

SCHNEIDER, S. et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 167–188, set. 2020.

SHANKAR, V., BOLTON, R. N. **An Empirical Analysis of Determinants of Retailer Pricing Strategy**. *Marketing Science*, v. 23, p. 28-49. Fev. 2024. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227347997\\_An\\_Empirical\\_Analysis\\_of\\_Determinants\\_of\\_Retailer\\_Pricing\\_Strategy](https://www.researchgate.net/publication/227347997_An_Empirical_Analysis_of_Determinants_of_Retailer_Pricing_Strategy). Acesso em: 19 Mai. 2024.

SILVA, C. D.; SOUSA, C. A.. **Medidas tributárias adotadas pelo governo federal em resposta a pandemia de COVID-19 – alguns impactos e consequências**. Revista AR, Ciências Sociais, v. 27, n. 121, abr. 2023.

SILVA-NETO, L. G. R. et al.. **Avaliação da insegurança alimentar no contexto da COVID-19: associação com o auxílio emergencial e recebimento de doação de alimentos na população em vulnerabilidade social de uma capital do Nordeste do Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 3, p. 721–730, mar. 2023.

SILVA, R. M.. **Os impactos da pandemia do COVID-19 na cadeia de suprimentos e atividades logísticas: contribuições e insights teóricos**. INOVAE, São Paulo, v. 9, p. 448-467, jan./dez. 2021.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Volume 4. Coleção Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda., 1996.

SOUZA B. F. N. J. *et al.* **(In)segurança alimentar no pré e pós pandemia**. InterAm J Med Health. 2021. Disponível em <https://iajmh.com/iajmh/article/view/160> Acesso em 30 de Set. de 2024.

TEIXEIRA, F. L. F. **A Fórmula do Valor de Troca: A Demonstração Formal da Sociabilidade do Trabalho em O Capital de Karl Marx.**, v. 14, n. 22, p. 91-105, Jun 2013.

TEIXEIRA, L. **Do trigo ao Trabalho: O Caráter Instrumental da Teoria do Valor em Ricardo**. Leituras de Economia Política, Campinas, v. 13, p 1-27, Jan – Jul 2008.

VILAS BOAS, L. G. **A escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in) segurança alimentar no Brasil**. Geconexões, Natal, v. 1, n. 15, 2023.